

# Cooperativa da PF<sup>DF</sup> reestrutura diretoria

VALÉRIA FEITOZA

Depois do assassinato de seu presidente, Roberto Layse Costa, na sexta-feira, a Coopercred — cooperativa de crédito que atende à maioria dos policiais federais do DF — busca no estatuto uma solução para se reestruturar. Reunidos durante todo o dia de ontem, segundo a secretária-executiva Ligia de Freitas, di-

retores e conselheiros tentam uma alteração na composição da diretoria. O vice-presidente, Lourival Alves Moura, talvez não possa assumir o cargo. "As pessoas têm seus compromissos pessoais e, se necessário, poderemos fazer pequenas alterações no estatuto para resolver o problema", explicou a secretária-executiva.

Sobre a concessão de em-

préstimos aos associados, Ligia de Freitas informou que, por enquanto, as regras não mudam. "Qualquer mudança deste tipo leva tempo, porque depende de assembleias, votações e antes disso temos de reestruturar a diretoria", justifica. As modificações, na verdade, dependem da auditoria que o Banco Central está fazendo na cooperativa, ainda sem prazo para terminar.

Foi o próprio Banco Central quem pediu o afastamento do assassino do presidente da Coopercred, Ilton Antônio de Almeida, do cargo de diretor administrativo, há cerca de 15 dias. O motivo: uma dívida de mais de R\$ 70 mil. "Os diretores da cooperativa não podem ter débito", explicou um dos membros do conselho administrativo da empresa, no dia do enterro de Layse. Se-

gundo ele, Ilton havia conseguido o dinheiro em circunstâncias desesperadoras, que envolviam um caso de doença grave na família. Na sexta-feira, ele invadiu o gabinete do presidente da Coopercred e ao ter negado o desconto de um cheque de R\$ 2.720, referente ao seu salário, atirou em Roberto Layse Costa.

Ilton continua preso na Superintendência da Polícia Fe-

deral e recusa-se a falar sobre o crime que cometeu. Na 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul), que apura o assassinato, o agente disse que só falará em juízo. Nos próximos dez dias, a delegacia deverá ouvir todas as testemunhas do caso e enviar denúncia ao Ministério Público. Se for condenado, Ilton poderá pegar até 30 anos de prisão, por homicídio qualificado.